

Município de Pinheiro Preto - SC

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: Julho/2013 a Junho/2014

RGF - ANEXO 01 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Jul/2013 a Jun/2014	
	LIQUIDADAS	INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC
(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.908.160,47	0,00
Pessoal ativo	5.374.992,18	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	533.168,29	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	314.534,42	0,00
Indenizações por demissão e incentivos a demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	314.534,42	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.593.626,05	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		5.593.626,05
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		12.525.773,17
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		44,66
LIMITE MÁXIMO (INCISOS I,II E III, ART. 20 DA LRF) - 54%		6.763.917,51
LIMITE PRUDENCIAL (PARAG. ÚNICO, ART 22 DA LRF) - 51,30%		6.425.721,64
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%		6.087.525,76

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 28/07/2014
Hora de emissão: 16:38

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno